

ISABEL ALÇADA

Ilda Soares de Abreu e Isabel Lousada

Isabel Alçada nasceu em Lisboa, a 29 de Maio de 1950. Completou o Ensino Secundário no Liceu Charles Lepierre, licenciou-se em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e, ainda como trabalhadora estudante, iniciou a vida profissional no Centro de Formação e Orientação Profissional “Psicoforma”. Entrou para o Ministério da Educação onde integrou a equipa responsável pela Reforma do Ensino Secundário 1975/76. No ano seguinte, enveredou pela carreira docente e passou a leccionar as disciplinas de Língua Portuguesa e História. Foi no decurso desses anos que descobriu a vocação para escrever para crianças e adolescentes, actividade que exerceu em parceria com Ana Maria Magalhães. Os livros, que abrangem várias áreas do conhecimento e foram pioneiros no género em Portugal, encontram-se agrupados em colecções: “Uma Aventura”, “Viagens no Tempo”, “História de Portugal”, “Asa Delta”, “Ler dá Prazer”, “Floresta Mágica” e “Quero Ser”¹. Muitas das obras já têm dezenas de edições. *Uma Aventura em Lisboa* está traduzida em diversos idiomas, entre os quais castelhano, galego, catalão e búlgaro. *Uma Aventura na Flandres*, em neerlandês, e *Os Descobrimentos Portugueses* em chinês.

No âmbito da formação própria, fez mestrado em Ciências da Educação na Universidade de Boston, E. U. A., tendo passado para o quadro de professores da Escola Superior de Educação de Lisboa. Presentemente, é Comissária do Plano Nacional de Leitura, que tem por objectivo primeiro “alargar os hábitos de leitura e desenvolver as competências dos portugueses”.

¹ Para mais detalhes sobre estas e outras publicações, consulte-se o site <http://www.uma-aventura.pt>.

Estas actividades pioneiras de Isabel Alçada, em diversificadas áreas da pedagogia, foram objecto de uma agradável conversa com *Faces de Eva* que agora se publica.

Começemos pelos livros. A parceria com Ana Maria Magalhães vai além da primeira publicação em 1982 com *Uma Aventura na Cidade*. Começámos a escrever em conjunto para os alunos durante uns anos para preparar aulas e pequenas histórias e contos também para eles.

A parceria foi uma aventura muito estimulante que se transformou numa amizade sólida e se mantém até hoje. Quando há dificuldades, é reconfortante saber que em cada uma encontramos resposta e apoio incondicional. Nas horas de alegria também é importante porque ninguém festeja sozinho e duas pessoas já são o bastante para uma festa. Sempre que tenho uma coisa muito boa para contar, telefono à Ana Maria Magalhães. Isto é recíproco, tanto na vida pessoal como no trabalho. Além disso, ambas somos muito comunicativas embora nos expressemos de forma diferente, sendo que eu sou mais expansiva e extrovertida. É uma amizade muito sólida e sabemos que o que preocupa uma vai ser profundamente sentido pela outra.

Quando nos juntamos multiplicamos a energia de cada uma, pelo menos por dez.

As pessoas que trabalham em parceria ganham uma força especial, sabem que podem conferir o que pensam com alguém que lhes vai dizer a verdade. E cultivam o excelente hábito de ouvir os outros, de conferir pensamentos e ideias com abertura de espírito. A Ana Magalhães e eu ganhámos o hábito de não nos retrairmos quando temos divergências, pois ambas sabemos que é da conjugação de diferentes ideias que se avança.

Se habituarmos as crianças ao exercício de ouvir os outros e de ponderar o que os outros dizem, estamos a indicar-lhes o caminho da descoberta que é, afinal, um dos fundamentos da ciência. Em equipa desenvolvem-se sinergias que levam ao avanço da ciência.

Quando começámos a escrever os livros da colecção “Viagens no Tempo” e os livros de História de Portugal havia muito menos estudos publicados sobre cada uma das épocas que fomos abordando. Nestes vinte e cinco anos a Ciência Histórica tem sido realmente uma área extremamente viva e produtiva e nós temos tido o grato prazer de trabalhar com historiadores e divulgar os resultados da investigação.

A colaboração começou com o Professor Luís de Albuquerque no livro *Os Descobrimentos Portugueses*, da colecção “História de Portugal”. Seguiram-se os Professores José Mattoso, Maria Augusta Lima Cruz e Pedro Cardim e, tanto uns como outros, foram extraordinários. Sempre que deparávamos com qualquer facto ou qualquer personagem histórica,

eles sabiam pormenores aliciantes que ajudavam a imaginação a reconstituir a vida, o contexto e a época, mas pautando-se pelo rigor. Claro que a forma como se reconstitui a história é sempre aproximativa, mas o apoio de grandes historiadores deu-nos grande segurança e um imenso prazer.

Os historiadores de hoje não se contentam com o geral, nem com o contexto, eles constroem a história a partir das vivências das personagens e do fluir dos acontecimentos. Vão ao pormenor factual e, só depois, a partir da reconstituição elaboram as suas interpretações. É neste vaivém entre o particular, o narrativo, o nervoso, o pessoal e o individual, as dinâmicas de grupo e as ideias que se constrói a História. Para uma criança entrar na História é necessário entrar pelas personagens que sente vivas e próximas. Estas personagens não têm que ser necessariamente belas, lúdicas ou heróicas. Podem ser horríveis, como é o caso da história dos reis visigodos que cegavam os irmãos para que não pudessem apresentar-se como concorrentes ao trono. Estas narrativas dizem mais sobre épocas do que grandes descrições. Para além de permitirem comparar valores e hábitos do passado com os da nossa civilização.

Todos os livros, de todas as colecções são dirigidos, indiferentemente, a rapazes e raparigas. Hoje ninguém põe em causa o acesso de ambos os géneros ao conhecimento. A iliteracia feminina é, absolutamente, civilizacional. O facto das mulheres terem tido muito tarde acesso à escrita e à cultura escrita criou uma diferença até de afirmação e de auto estima que, naturalmente, vem a reflectir-se no avanço das sociedades. Infelizmente, ainda hoje há sociedades em que isso acontece. Lembremos que, nalguma Europa do século XVIII, havia pais que impediam as filhas de aprender a ler e escrever para não poderem escrever bilhetinhos aos namorados, nem ler as respostas. A escolha de livros “adequados a meninas” prolongou-se até há bem pouco tempo, embora com excepções. Tive a sorte de pertencer a uma família de mulheres, éramos três irmãs, mas um pouco diferente das outras. O meu pai fazia questão de demonstrar a sua abertura de espírito e considerava que desde que percebessemos o que estava escrito num livro, o livro era para a nossa idade e se quiséssemos podíamos ler. Era este o critério. Podíamos ler, por exemplo, *O Crime do Padre Amaro*, logo que conseguíssemos. Mas não nos passava pela cabeça comentar com o pai algumas partes do livro. Para quem viveu a juventude nos anos cinquenta era uma educação bastante liberal, mas não era assim em todas as casas.

Na verdade logo que as mulheres tiveram acesso à cultura, passaram a afirmar-se em todas as áreas. Até já se fala em *medidas de protecção* aos homens para lhes facilitar a entrada nas Faculdades.

Esta mudança de atitude abre outros lugares às mulheres... Dá-me um prazer enorme assistir a concertos regidos por maestrinas. Na Fundação Calouste Gulbenkian e noutras salas é possível ver duas notáveis. A Joana Carneiro e também uma maestrina australiana. Ainda há poucos anos havia muito quem dissesse que as mulheres para maestrinas, talvez não fossem muito eficazes.

Claro que, como mulheres, imprimimos um cunho diferente ao que fazemos e é bom que assim seja. Perguntam-nos algumas vezes se a nossa escrita tem esse quê feminino. Claro que sim. Tudo o que fazemos tem marca registada: feito *por mulher*.

O Plano Nacional de Leitura pretende ser uma rede de iniciativas. Algumas da Comissão, outras dos nossos parceiros, outras das escolas, das bibliotecas, da sociedade. Na sua origem, do PNL estiveram duas estruturas: a Rede de Bibliotecas Escolares e a Rede de Leitura Pública. Esta última assentou num projecto que se pode considerar a pré-história do PNL: as bibliotecas itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian. Muita gente se tornou leitor graças às carrinhas Gulbenkian que estacionavam em locais determinados. Seria interessante fazer a história deste projecto. Saber ao certo quantas carrinhas circulavam, quantos livros eram postos à disposição das pessoas que utilizavam esse meio de acesso à leitura. Mas embora tivesse tido um papel pioneiro, as bibliotecas itinerantes eram insuficientes e concebeu-se então a Rede de Leitura Pública. O trabalho foi levado a efeito por uma equipa, da qual fez parte a Dr.^a Teresa Calçada que agora coordena a Rede de Bibliotecas Escolares. Tratou-se de um modelo muito bem pensado e com grandes perspectivas de desenvolvimento: uma modelização de bibliotecas públicas adequadas à população e às características do concelho. O financiamento do projecto ficou a cargo do Ministério da Cultura (50%) e da autarquia (50%). Ano após ano houve candidaturas e o país foi-se equipando de bibliotecas públicas do século XXI, com todas as características próprias de acesso à cultura, ao livro e às outras fontes de informação como *internet*, videogramas, música, CDs, periódicos, etc. Para que uma biblioteca seja aprovada tem que reunir um conjunto de condições definidas de acordo com as recomendações da UNESCO para as bibliotecas deste século: espaços próprios, livre acesso, funcionamento permanente, obras em quantidade e diversidade.

Subjacente esteve sempre o princípio de que qualquer obra pública deve corresponder sempre a um bom padrão de qualidade (sem luxo) para poder perdurar. Foi uma posição importante e exemplar, pois fazer de uma maneira tosca e atamancada é deitar o dinheiro à rua.

A rede de bibliotecas públicas foi essencial mas sendo um serviço de oferta, num país como o nosso, de fracos hábitos de leitura, não gera necessariamente, a procura. São indispensáveis iniciativas para a promoção da leitura. No momento em que foi lançada a rede das bibliotecas públicas, a Fundação fez cessar a rede das carrinhas, que já não fazia sentido nessa altura, embora continuando a apoiar as bibliotecas públicas como o faz ainda hoje.

Há cerca de onze anos fui convidada pelo então ministro da educação, Eduardo Marçal Grilo, para pensar como deveria ser a rede das bibliotecas escolares, coordenando uma equipa de que fazia parte a Dr.^a Teresa Calçada. Fizemos uma coisa muito simples-aplicámos o modelo da rede de bibliotecas públicas às bibliotecas escolares. Definimos os parâmetros a que deviam obedecer as bibliotecas escolares conforme a população escolar do local e determinamos que só podiam funcionar desde que tivessem espaços, estantes, livre acesso, serviço permanente em todas as áreas embora numa escala mais reduzida, com periódicos, referências, todas as características de acordo com as normas internacionais. Foi o movimento que a Teresa Calçada dirigiu, e muito bem, sempre na mesma perspectiva: ou se faz com qualidade ou não há financiamento. Não se desperdiçou um tostão.

Nas bibliotecas públicas e escolares realizam-se múltiplas actividades de promoção da leitura: ateliers, seminários, debates, animação, contos para crianças, projectos dirigidos às famílias. As escolas, regra geral têm uma dinâmica de oferta activa para seduzir potenciais leitores e incentivá-los a frequentá-las. Entretanto, algumas bibliotecas públicas começaram a expandir-se sem esperar que os leitores fossem à biblioteca, deslocaram-se até ao leitor. Carrinhas ligadas às bibliotecas municipais, às Juntas de Freguesia ou escolas, fazem circular livros nas praias, praças e agrupamentos escolares. E foi também no âmbito das bibliotecas públicas que se lançou recentemente o Movimento das Comunidades de Leitores.

Quando o Plano Nacional de Leitura foi lançado havia muitas iniciativas em marcha. O PNL, tenta levar o livro a toda a parte porque define como público-alvo todos os cidadãos portugueses. Mas em primeiro lugar actua dentro das salas de aula com a participação activa dos educadores e professores, porque os estudos demonstram que as competências de leitura ou se adquirem cedo na vida, digamos até aos 10 ou 11 anos, ou todo o trabalho que se faz depois disso é muito mais moroso, difícil, dispendioso e frustrante. Está provado que se começa a “ler” aos seis meses, ou talvez antes, aí pelos três ou quatro. Se a criança está ao colo de um adulto que lhe mostra um livro, está a apropriar-se da leitura. E é extremamente útil que o adulto lhe leia diariamente para ele ouvir.

Quando chega ao primeiro ciclo adquiriu já a compreensão do mecanismo da leitura e o gosto do livro, ambos indispensáveis à progressão. Estima-se que, nos países nórdicos, uma criança quando começa a aprender a ler já ouviu ler alto cerca de quinhentas horas, em família, sem contar com as horas da escola. O PNL procura que nos jardins de infância e nas escolas se leia todos os dias, uma história, um poema, uma informação científica, uma reflexão sobre um assunto qualquer, partindo do princípio que há sempre tempo para ler. No 1.º ciclo há uma orientação curricular para que essa leitura seja também diária. De resto, tanto no Pré-escolar como no 1.º Ciclo a orientação foi aceite com entusiasmo.

Está provado que quanto mais se lê, mais se gosta de ler, mais se gosta do progredir em busca do que é complexo, perfeito e bem acabado.

As bibliotecas escolares ainda não cobrem o país inteiro, mas têm uma dinâmica muito positiva e como as escolas estão agrupadas, temos bibliotecas em escolas que podem ajudar essa dinâmica. Partimos dessas alianças, mas sabemos que a boa vontade não basta. Para a leitura na sala de aula dispor apenas de um ou dois exemplares de cada obra como é a regra das bibliotecas não é suficiente. Por isso o Ministério da Educação dispôs de 1,5 milhões de euros anuais para permitir que as escolas se pudessem equipar com conjuntos de 12 títulos de várias obras. O PNL, com uma equipa de especialistas, elabora anualmente listas de obras recomendadas para cada ano de escolaridade e transfere o dinheiro para as escolas permitindo-lhes que escolham o que querem comprar. As listas não serão nunca fechadas, pois sempre me bati contra *canônes*.

Estas listas estão no site PNL e as escolas podem lá ir consultá-las. Claro que a compra centralizada tornava os livros mais baratos, mas pessoalmente não gosto de compras centralizadas, sobretudo de natureza pedagógica. Resolvemos distribuir a totalidade dos recursos de que dispunhamos, um milhão e meio de euros, pelas escolas registadas no PNL, que nos informam sobre o seu trabalho. Na verdade o que queremos é que as crianças não leiam livros com erros sintácticos, históricos, científicos, ou outros. Os professores sabem seleccionar o que é adequado à idade e ao nível de desenvolvimento dos seus alunos, nós apenas disponibilizamos instrumentos de apoio.

As iniciativas nas escolas e nas bibliotecas públicas estão em franco progresso, mas sabemos que ainda não são suficientes. Vai ser preciso entrar nas famílias. Múltiplos estudos de outros países afirmam que a escola tem tanto melhores resultados quanto mais a família colabora. Não copiando a escola, dando mais trabalho e mais estudo, mas com actividades educativas complementares, que vão na mesma direcção. Por exemplo, a história antes de dormir. É uma varinha mágica, boa para tudo,

fornece à criança um mundo alternativo de fantasia e reforça a relação afectiva com a pessoa que conta ou lê.

Temos no PNL um projecto fantástico, que não foi pensado por nós, mas pela Associação dos Médicos de Família. Esta Associação veio ter connosco e propôs entrar no PNL, incentivando os médicos e enfermeiros dos Centros de Saúde a recomendarem aos casais que leiam aos filhos. Para apoiar a iniciativa vamos colocar nos consultórios livros para os profissionais de saúde exemplificarem e folhetos com informação para serem entregues aos pais. Na consulta, ao mostrarem os livros, em conversa com os casais, podem aconselhar o contacto com os livros, do mesmo modo e com a mesma seriedade, como quando recomendam um alimento, pois a leitura é igualmente importante para o desenvolvimento das crianças. Aliás está demonstrado que a literacia é um dos factores essenciais da promoção da saúde. Tudo se conjuga. Neste momento estamos a trabalhar também com a Direcção Geral de Saúde, com o Alto Comissariado de Saúde, e com a Sociedade Portuguesa de Pediatria. Em Março de 2008, num Congresso já agendado, vamos lançar o projecto para suscitar adesões e se possível alargar as fontes de financiamento.

Com os Museus, temos um projecto “Ler+”. É de toda a importância que sejam outros, e não só os da educação, a trabalhar neste domínio.

O PNL pretende criar, assim, um ambiente social favorável à leitura o que é essencial ao desenvolvimento pessoal e ao progresso do nosso país.

“Ler +” promove competências em todos os domínios que serão tanto mais acrescidas quanto maior for o grau de literacia. No plano afectivo, a leitura permite uma melhor compreensão de si próprio e dos outros e estimula o pensamento e a reflexão. Quem lê adquire uma imensidão de competências sociais e políticas. Os povos que mais lêem adquirem um sentido de cidadania mais completo pois quem acede à informação aprecia melhor os projectos públicos, analisa melhor as propostas políticas e ganha o poder de decisão.

Lisboa, 6 de Dezembro de 2007